

## A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.

**Anderson Bem**

Graduado em geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.  
Campus de Marechal Cândido Rondon-PR  
Correio eletrônico: [anderson\\_bem@yahoo.com.br](mailto:anderson_bem@yahoo.com.br)

**João Edmilson Fabrini**

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon-PR  
Correio eletrônico: [fabrini@unioeste.com.br](mailto:fabrini@unioeste.com.br)

**Resumo:** A comercialização informal de leite em Mal. Cdo. Rondon/PR pode ser entendida na perspectiva da contradição do desenvolvimento desigual do capitalismo. A informalidade reside no fato de que os camponeses estão comercializando a produção de leite diretamente com os consumidores e não com os laticínios/cooperativas. Esta prática realizada por parte de pequenos agricultores é mais uma das formas encontradas pelos camponeses para continuar na terra e nela trabalhar. Por isso, constitui-se num "mecanismo" de resistência, pois os camponeses produtores de leite vão contra a ordem vigente do capital, manifestada nos laticínios/cooperativas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Desigual, camponeses produtores de leite, comercialização informal, resistência camponesa, contradição.

## La comercialización informal de leche como componente de la resistencia campesina en Marechal Cândido Rondon – PR.

**Resumen:** La comercialización informal de leche en Mal. Cdo. Rondon – PR se puede entender en la perspectiva de contradicción del desarrollo desigual del capitalismo. La falta de formalidad reside en el hecho de que los campesinos son comercialización la producción de leche directamente con los consumidores y no con el laticínios/cooperativas. Esta comercialización informal lograda de parte de granjeros pequeños es más una de las maneras encontradas por los campesinos para continuar en la tierra y en ella a trabajar. Eso, se constituye en uno "mecanismo" de la resistencia, porque los campesinos productores de leche vació contra la pedido eficaz del capital, manifestada en el laticínios/cooperativas.

**Palabras clave:** Desarrollo desigual, campesinos productores de leche, comercialización informal, resistencia campesina, contradicción.

## The informal milk commercialization as component of resistance peasant in Marechal Cândido Rondon – PR.

**Abstract:** The informal commercialization of milk in Mal. Cdo. Rondon-PR can be understood in the perspective of the contradiction of the unequal development of the capitalism. The informality resides in the fact that the peasants are marketing the production of milk directly with the consumers and not with the laticínios/co-operatives. This informal commercialization accomplished on the part of small farmers is more one in the ways found by the peasants to continue in the earth and in her to work. That, it is constituted in a resistance "mechanism", because the peasants producing of milk empty space against the effective order of the capital, manifested in the laticínios/co-operatives.

**Keywords:** Unequal development, peasants producing of milk, informal commercialization, resistance peasant, contradiction.

## Introdução

A informalidade é uma das questões que vem chamando atenção na atualidade tanto no campo como na cidade. A comercialização informal no campo difere da informalidade verificada no espaço urbano. Esta prática não é algo novo para os camponeses, pois há muito tempo ela tem sido utilizada. O que há de novo, é o seu caráter proibitivo.

A comercialização informal de leite acontece quando o próprio produtor de leite comercializa a sua produção com os consumidores. Todavia, essa lógica está relacionada ao processo de produção industrial em que a agricultura está subordinada aos ditames do capital industrial, momento em que o produto, no caso, o leite, torna-se mercadoria e entra na esfera da circulação.

Para sair dessa situação de subordinação e dependência dos laticínios, os camponeses produtores de leite têm optado pela comercialização informal. Nessa relação, o produtor consegue um preço melhor pelo seu produto e o consumidor se beneficia ao pagar um preço menor na compra de leite. Assim, neste contexto, os camponeses tem ido contra a lógica vigente do capital, personificada nas indústrias de laticínios que procura subordinar a produção camponesa.

A comercialização informal de leite tem sido o “mecanismo” encontrado pelos camponeses, para poder continuar na terra e nela trabalhar. Nesta perspectiva, a comercialização informal passa a ser compreendida como componente de resistência camponesa.

Esta resistência foi verificada em pesquisa realizada em Marechal Cândido Rondon, cidade localizada no Oeste do Estado do Paraná. Durante a pesquisa foi realizado trabalho de campo, quando foram entrevistados oito produtores de leite num universo aproximado de 40 que fazem uso da comercialização informal de leite. O total aproximado de produtores de leite é de 1388, conforme dados da prefeitura municipal.

O artigo está dividido em duas partes: Na primeira parte discute-se a comercialização informal na perspectiva do desenvolvimento do capitalismo no campo. Para isto, procuramos dialogar com diversos autores, como Abramovay (1994), Amim e Vergopoulos (1986), Martins (1995), Oliveira (1986) (1996), Veiga (1994), entre outros. Na segunda parte, analisamos a comercialização informal de leite na perspectiva do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo. Por fim, apresentamos um conjunto de informações que demonstram que a comercialização informal de leite é uma forma de resistência camponesa diante do capital industrial personificado nos laticínios.

### **A comercialização informal camponesa e o seu lugar no debate teórico**

A discussão que se pretende fazer é localizar a comercialização informal de produtos do campo no debate da questão agrária. Neste sentido, procurar-se-á dialogar com alguns autores que se propuseram estudar o campo.

O desenvolvimento do capitalismo e sua conseqüente espacialização no campo produziram uma série de interpretações sobre o destino das populações camponesas. Martins (1995) argumenta que a permanência dos camponeses no campo não é um problema estritamente econômico e nem estritamente teórico, “... é um problema político, da luta e do confronto entre as classes sociais, entre exploradores e explorados.” (MARTINS, 1995, p. 13).

Para Amim e Vergopoulos (1986) o desaparecimento da produção familiar no campo previsto pelas interpretações feitas pelo marxismo kautskista e pela ideologia burguesa do progresso, baseia-se numa compreensão totalizadora evolutiva em que:

O que mais importa, para esta lógica, não é o caráter unificado do princípio motor do conjunto proposto, mas a re-produção – repetição da estrutura inicial sobre um espaço cada vez mais amplo. O princípio fundamental dessa lógica totalizadora burguesa e em parte marxista não é, pois, a unidade, mas a uniformidade do mundo. (AMIM e VERGOPOULOS, 1986, p. 137).

Nesta concepção homogeneizadora do mundo identificada por estes autores, não há lugar para os camponeses no capitalismo, pois o capitalismo tende a se uniformizar no espaço, o que indica que o capital só será regido por relações tipicamente capitalistas. Na análise da homogeneização do capitalismo no campo feita pelo marxismo kautskista e pela burguesia, só há lugar para dois sujeitos históricos: o capitalista e o proletário.

Para Amim e Vergopoulos (1986), o capitalismo é um sistema disforme que se desenvolve de forma desigual e, a acumulação primitiva se revela como uma necessidade constante para o capital.

Oliveira (1996) também supera essa concepção universalizadora do capital criticada por Amim e Vergopoulos (1986), ao defender a idéia do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, trabalhada por Marx.

O desenvolvimento do capitalismo se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo. (OLIVEIRA, 1996, p. 18).

O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo pressupõe que ele se desenvolve não somente por relações sociais capitalistas, mas também que lhe é necessário a articulação com as relações não-capitalistas. Assim, as relações de produção camponesa convivem com relações de produção tipicamente capitalistas.

Já Abramovay (1994) e Veiga (1994) discutem a viabilidade da agricultura familiar no modo de produção capitalista como uma forma de promover o desenvolvimento econômico capitalista do país. Para estes autores a intervenção estatal tem papel fundamental, devendo situar-se como fomentador de uma política que aumente a produtividade adaptada ao uso da terra e levando em conta o progresso técnico. A agricultura familiar concebida por eles, trata-se de uma empresa moderna com forte integração ao mercado e facilidade na adoção de novas tecnologias. Dentro dessa análise:

Os prejudicados pelo avanço tecnológico serão os agricultores mais retardatários (...) que, por este ou aquele motivo, não adotaram a nova tecnologia. Não poderão cobrir todos seus custos serão levados a sair do ramo. (...)

No contexto do livre mercado, a adoção de novas tecnologias força os agricultores participantes a pedalar um treadmill. E os que decidirem não pedalar serão empurrados à falência. (VEIGA, 1994, p. 79).

Percebe-se na compreensão de Veiga (1994), que somente os agricultores mais capazes de se adequar às novas tecnologias e de se adaptar no contexto do livre mercado continuarão na atividade agrícola, sendo que os demais tidos por “retardatários” terão que abandonar o campo.

As concepções de Abramovay (1994) e Veiga (1994) superam a compreensão universalizadora das relações capitalistas de produção. Entretanto, a “agricultura familiar” é visualizada e entendida somente pela sua viabilidade no capitalismo, pela integração ao mercado e constante inovação tecnológica. O problema dessa interpretação reside no fato de que os conflitos sociais são abortados, o que faz parecer, que no capitalismo não exista luta de classes. Assim, a permanência da unidade de produção familiar no campo está centrada na sua relação com o mercado.

Já a compreensão de Graziano Neto (1994) vai ao encontro da interpretação de homogeneização do capitalismo no campo. Para este autor, a única saída para o pequeno agricultor é a integração ao complexo agroindustrial.

O sistema de integração com a indústria (...) torna os agricultores dependentes das grandes empresas, é verdade. Mas é essa relação que permite os elevados níveis de produtividade dos produtos rurais, possibilitando a eles manterem níveis de vida bastante satisfatórios. (GRAZIANO NETO, 1994, p. 241).

O autor salienta que a reforma agrária não é uma questão relevante, pois para ele, em linhas gerais, o trabalhador rural não luta pela propriedade da terra, mas sim por melhores

condições de trabalho e de salários. Para Graziano Neto (1994) ainda, a reforma agrária levaria a decadência da agricultura por falta de braços, gerando conseqüentemente uma crise de abastecimento alimentar urbana no país. O autor afirma que “Os latifúndios se modernizaram. A agricultura se industrializou. Resta agora o pensamento progressista superar-se”. (GRAZIANO NETO, 1994, p. 254).

Conforme as idéias centrais deste autor, os pequenos agricultores são incapazes de abastecer com alimentos as populações urbanas do país, pois, somente a empresa agrícola é capaz de produzir o excedente necessário para o meio urbano. A reforma agrária consiste em idéias retrógradas que não confere com a realidade atual do campo modernizado.

Nessa compreensão, os pequenos agricultores estão condenados ao assalariamento ou a crescente integração à indústria, pois o campo está modernizado, os pequenos agricultores não têm mais lugar no campo.

Embora fazendo diferentes abordagens da agricultura, podemos verificar nas análises de Veiga (1994), Abramovay (1994) e Graziano Neto (1994), que a permanência dos agricultores no campo está relacionada com a sua integração ao mercado capitalista. A recriação desses agricultores pela via da contestação da ordem vigente do capital não é discutida e não está no horizonte teórico desses autores.

## **O Desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo**

O conceito de desenvolvimento desigual foi desenvolvido por Hegel e aprofundado por Marx. Posteriormente, foi tratado por um conjunto de teóricos dos quais se destaca Lênin (1985) ao tratar sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo na Rússia.

Num sentido geral, o conceito de desenvolvimento desigual está relacionado às forças produtivas de uma sociedade, país ou nação que se desenvolvem em ritmos diferentes. A contradição se expressa no interior dos países em que as forças produtivas em certas regiões se desenvolvem mais que outras.

Este descompasso pode ser verificado na produção de leite em Marechal Cândido Rondon onde ao mesmo tempo em que se processa uma produção moderna que passa pela transformação da matéria-prima em produtos industrializados (os derivados de leite), ocorre também a produção artesanal dos camponeses que comercializam o leite informalmente.

Esta vertente teórica compreende o avanço do capitalismo no campo de forma desigual e contraditória tem como principais autores o sociólogo José de Souza Martins e o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Martins (1995), argumenta que existe uma contradição no avanço do capitalismo no campo; que é a questão da renda da terra. A terra se revela como um empecilho ao capital, pois, para que o capitalista possa explorá-la é preciso pagar uma licença ao seu proprietário. Esse pagamento, feito pelo capitalista para produzir, é a renda da terra. No entanto, ao mesmo tempo em que a propriedade da terra é um empecilho ao capital, pois o capitalista terá que imobilizar uma parte de seu capital na terra, ela também não o é, porque o direito à propriedade privada se revela como um mecanismo de poder que se apresenta como mais uma das contradições do modo de produção capitalista.

A terra por si só não é fruto do trabalho. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, no entanto, a terra não é. Para fazer a terra produzir, o capitalista precisará imobilizar improdutivamente uma parte de seu capital em renda e, para que se possa colher os frutos da terra será necessário empregar ferramentas, adubos, juntamente com a força de trabalho.

Por outro lado, é importante na discussão da renda da terra distinguir terra de trabalho e terra de negócio. A terra de trabalho é quando a terra é utilizada como um instrumento de produção para nela trabalhar e produzir sem a exploração do trabalho alheio e, terra de exploração é quando se utiliza a terra para especulação ou para exploração do trabalho alheio.

Nota-se claramente que existe uma diferença social no campo, uma divisão social que culmina com interesses distintos. De um lado o capitalista vê na terra uma forma a mais de extrair “lucro” através da exploração do trabalho assalariado, do outro extremo se situa o camponês que tem na terra o seu principal meio de subsistência. Quando o capitalismo passa a se expandir no

campo, a unidade de produção camponesa passa a ser pressionada. Nesse momento o camponês passa a lutar pelo direito de permanecer na terra.

Os arrendatários e posseiros têm lutado, sobretudo pelo reconhecimento de seus direitos, abrindo questões na justiça, procurando adiar despejos, insistindo no direito de permanecer na terra. Basicamente lutam por sua autonomia, por sua liberdade. Por isso sua luta é anticapitalista; é a resistência à expropriação e à expulsão, violenta ou suave, rápida ou lenta. É uma luta contra a conversão da terra de trabalho, terra utilizada para produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio. (MARTINS, 1995, p. 144-5).

Para Oliveira (1996), o capitalismo se desenvolve de forma desigual e combinada. Ao mesmo tempo em que o capital expropria o camponês em alguns lugares, em outros ele cria condições para a recriação do campesinato.

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não-capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados de reprodução dessas relações não-capitalistas. (OLIVEIRA, 1996, p. 11).

Essa compreensão demonstra o caráter contraditório de expansão do capitalismo no campo. Ao mesmo tempo em que as relações de produção tipicamente capitalistas crescem no campo, também ocorre o mesmo com as relações baseadas no trabalho familiar.

... o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas. (OLIVEIRA, 1996, p. 20).

Conforme Oliveira (1996) ainda, o processo de produção capitalista no espaço agrário acontece duas formas: com a monopolização do território e com a territorialização do capital. A territorialização do capital ocorre quando, o capitalista dono da indústria também é o dono da lavoura e proprietário da terra. A monopolização do território verifica-se quando os agricultores entregam a sua produção às multinacionais ou a certas indústrias nacionais.

A primeira situação atesta que o capital tende a tomar conta de todos os processos produtivos, desde a produção agrícola à industrialização da matéria prima. A segunda situação nos indica que os camponeses estão à mercê do proprietário da indústria que controla a circulação de suas mercadorias.

No momento da circulação da mercadoria a produção camponesa é subjugada pela ordem capitalista. Assim, o capital industrial e bancário se apropria da renda da terra sem ser o proprietário.

O desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista pode ser verificado quando se nota a presença do latifundiário e do camponês. O primeiro é figura que carrega a simbologia do poder e da desigualdade social. O segundo é testemunha da luta e da resistência para continuar trabalhando na terra.

A produção camponesa encontra no capitalismo um grande obstáculo a ser transposto que é monopólio do capital instalado na circulação. A forma de transpor este obstáculo tem se manifestado na maioria das vezes através da comercialização informal, momento em que o camponês entra em contato direto com o consumidor. Este é o caso da comercialização e produção de leite.

Parte-se da compreensão de que é na perspectiva desigual e contraditória de desenvolvimento do modo de produção capitalista, na luta e na resistência contra a expropriação, que a comercialização informal de leite realizada pelos pequenos agricultores em Marechal Cândido Rondon - PR, pode ser entendida e interpretada.

## A comercialização informal de leite como componente de resistência em Marechal Cândido Rondon – PR.

Nos últimos anos da década de 1990, mais uma vez os camponeses produtores de leite se depararam com situações adversas, como a depreciação do preço do leite, a concentração na captação e processamento de leite pelas grandes empresas e, o aumento no preço dos insumos. Diante desse contexto, alternativa encontrada por muitos camponeses foi a comercialização informal de leite.

A partir de 1995 iniciou-se um processo crescente de desvalorização do preço do leite. Conforme a SEAB (Secretaria de Estado e do Abastecimento do Paraná) essa depreciação vem ocorrendo desde 1995 em que "... a cotação média do leite recebida pelos produtores, no Paraná, foi de US\$ 0,26/litro, apresentando reduções sucessivas em 1996, 1997, 1998 e 1999 para US\$ 0,24, US\$ 0,22, US\$ 0,20 e US\$ 0,13 o litro, respectivamente". (SEAB, 2000, p.20)

Paulino (2003), argumenta que nos dois mandatos do governo FHC, o controle da inflação se limitou na prática ao congelamento de alguns produtos básicos. "Sabendo-se que, para a manutenção da taxa de lucros da indústria, diante da queda dos produtos finais, o caminho é a depreciação da matéria-prima, é possível avaliar o quanto essa classe doou graciosamente à sociedade o seu trabalho" (ibid., p. 207).

A baixa do preço do leite acarreta, conseqüentemente, a diminuição da renda do agricultor, que terá que ser compensada com o aumento de produção. Por outro lado, neste período de queda dos preços do leite observou-se um crescente aumento do preço dos insumos para atividade leiteira. Conforme o relatório de proposta apresentado em 30 de janeiro de 2002, pela Associação Leste Oeste de Marechal Cândido Rondon, pela comissão técnica do leite da FAEP (Federação da agricultura do Paraná) e pelo Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon, neste mesmo período:

... os preços dos insumos triplicaram (...) o farelo de soja de R\$ 7,80 para 27,50 a saca de 50 Kg (...). O milho de R\$ 4,95 para 12,60 a saca, o diesel de R\$ 0,34 para 0,93 o litro (...) o anti inflamatório de R\$ 2,20 para 6,30, elevando assim o custo de produção do litro de leite de R\$ 0,21 para 0,32 no período. O leite pasteurizado ao consumidor subiu de 0,50 para 0,94, enquanto que para o produtor baixou de R\$ 0,31 em 1994 para 0,25 em 2001. (ASSOCIAÇÃO LEITE OESTE, FAEP, SINDICATO RURAL, 2002, s/n).

Neste período os agricultores produtores de leite eram o único segmento da cadeia produtiva que vinha trabalhando com margens de renda extremamente baixas. Foram realizadas em vários estados brasileiros CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) do leite. Entretanto, as CPIs do leite, não resolveram a situação, muito pelo contrário, atuou como mecanismo legitimador em prol do capital industrial, ao concluir, que o motivo do preço baixo pago ao produtor estava nas embalagens do leite longa vida.

Nos últimos anos um dos fatores que vem agravar a situação dos camponeses é a concentração na captação e processamento do leite. Conforme o Boletim do DESER (2002) (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais) n. 124, houve um aumento crescente no recebimento do leite das 12 maiores indústrias de laticínios do Brasil. Uma das causas desse aumento na concentração e captação do leite são as fusões e aquisições ocorridas recentemente no país. Em 2001 a Sudcoop (Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste) passou a receber o leite captado pela Witmarsun e da CLAC (Cooperativa de Laticínios Curitiba), ambas localizadas nas proximidades da capital paranaense. A Danone, de capital francês, comprou o direito de explorar a marca Paulista, conseguindo assim uma fatia a mais no mercado. A Fontera S/A, empresa de grande porte da Nova Zelândia assinou um contrato de distribuição para a Nestlé, que recentemente anunciou a aquisição da empresa Chocolates Garoto.

Em decorrência dessas políticas concentracionistas das empresas lácteas, cresce cada vez mais o controle dessas empresas em relação ao preço a ser pago ao produtor.

Já a participação do Estado na cadeia produtiva, ganhou amplitude com a edição da Portaria 56 do Ministério da Agricultura que institui o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL). A referida Portaria favorece a tendência na concentração na captação do leite. Para o DESER (2001), o programa nacional de melhoria da qualidade do leite (PNMQL) foi uma medida que buscou além da padronização e melhoria na qualidade do leite: impor uma série de restrições à participação dos pequenos produtores no processo produtivo, fortalecendo cada vez mais as indústrias de grande porte, bem como os grandes produtores, fornecedores de máquinas, equipamentos e insumos para a cadeia produtiva leiteira.

Paulino (2003) argumenta que a implantação da PNMQL transfere o ônus de qualidade do leite para os produtores, que terão que se adequar aos novos critérios como o resfriamento em tanques especiais e a obrigatoriedade do transporte a granel. De acordo também com esses critérios aplica-se um preço diferenciado ao produto.

O Estado ao legislar nesses termos não apenas se desobriga de interferir nos problemas que a própria regulamentação criou, mas também **beneficia diretamente as indústrias, as grandes interessadas na Portaria** [grifo nosso], pois terão ao seu dispor matéria prima com qualidade monitorada, com o intocável direito de arbítrio sobre os preços aos produtores. (PAULINO, 2003, p. 203).

A PNMQL também prevê esforços para combater a comercialização informal de leite. Para isto, pressiona-se a integração do produtor de leite às indústrias. O governo do Paraná também tem pregado o combate à informalidade. Conforme Félix (2003), o deputado federal Moacir Micheletto então relator da CPI do leite, apresentou relatório prévio que foi em direção das CPIs realizadas em seis Estados do qual o Paraná faz parte. No relatório, destaca-se a necessidade de "...aumento do crédito para o produtor, incentivo à exportação e programas de qualidade na fabricação de lácteos; **fiscalização e formalização dos pequenos produtores** [grifo nosso] e promover efetiva concorrência nos mercados interno e externo". (FÉLIX, 2003, p. 4).

Em muitas cidades a comercialização informal foi proibida. Isto indica que o capital assentado na estrutura da produtiva leiteira tem feito o possível para promover a dependência dos camponeses à indústria.

Entretanto, os camponeses não estão passivos diante do capital monopolista e a recusa à formalidade é uma prova disso. A informalidade é um mecanismo encontrado para romper a subordinação de sua produção no momento da circulação. Instante em que a indústria se apropria de uma parcela da renda camponesa.

Com a comercialização informal de leite os camponeses passam a vender o seu produto diretamente aos consumidores. Assim, ocorre:

... a eliminação dos intermediários (...) todos trabalhadores parecem sair ganhando: os camponeses porque conseguem vender o leite até o triplo do que obteriam com a entrega nos laticínios; os consumidores, trabalhadores de baixa renda, que conseguem comprá-lo a um preço inferior daquele industrializado". (PAULINO, 2003, p. 214).

Parcela significativa dos camponeses de Marechal Cândido Rondon tem feito o uso da comercialização informal de leite. Em nossa pesquisa realizada em julho de 2003, entrevistamos oito agricultores. Neste momento verificou-se claramente a diferenciação de preço entre o leite comercializado junto às indústrias e aquele comercializado diretamente com os consumidores. Na tabela a seguir (tabela 1) nota-se essa diferença de o preço.

**Tabela 1**

Relação produção e preço pago pelo leite em M. C. Rondon								
Produtores (ordem)	1	2	3	4	5	6	7	8
Preço pago (R\$) pelo laticínio	0,41	-	0,40	0,39	0,40	0,31	-	0,45
Preço pago(R\$) pelo consumidor	0,75	0,70	0,90	0,75	0,60	0,75	0,65	0,75

Fonte: pesquisa de campo realizada (07/2003).

Observa-se na tabela 1 que o menor preço pago nas residências (0,60 R\$) é praticamente o dobro do preço pago no laticínio/cooperativa (0,31 R\$) e superior em 25% em relação ao maior preço pago no laticínio (0,45 R\$). O produtor de ordem 8, recebedor do maior preço dentre os agricultores entrevistados (0,45 R\$), é o maior produtor de leite com uma produção de 415 litros diários. Os laticínios utilizam-se do mecanismo da bonificação por produção e qualidade do produto, todavia o que mais pesa é o volume da produção em detrimento da qualidade do produto. Isso significa, por exemplo, que o produtor de ordem 8 mesmo tendo um leite com uma qualidade relativamente inferior, receberá mais por litro que o produtor que tiver um produto de “qualidade superior”, pelo fato de sua produção total ser maior.

A questão do preço coloca a unidade camponesa de produção numa situação delicada, pois, quanto maior for a exploração industrial, conseqüentemente, aumentará a transferência de renda camponesa para o setor industrial. Neste sentido, a luta dos agricultores por melhores preços, é uma questão de defesa de renda.

De acordo com Fabrini (2002), o camponês não está condenado à exploração contínua pelo grande capital. As lutas dos camponeses se revelam como formas questionadoras do ordenamento social vigente. Nesta perspectiva:

É preciso reconhecer o potencial de resistência e transformação social implícita em ações que aparentemente são conservadoras, mas que trazem um conteúdo questionador das relações de dominação. A luta pela manutenção na terra é uma evidência desse potencial. (FABRINI, 2002, p. 18).

O enfrentamento dos camponeses ao capital não se faz somente na luta para entrar na terra, mas também na luta para permanecer e persistir na terra. Daí que emerge a resistência camponesa, no caso da comercialização informal do leite como “mecanismo” de recusa a proletarização.

A contradição e desigualdade das relações capitalistas estão no enfrentamento e na recusa a sua proletarização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem a possibilidade de existência por meio de lutas e resistências. (FABRINI, 2002, p. 52).

Ao contrário do que pensava os teóricos marxistas “clássicos” e também os economistas clássicos, o campesinato não veio a desaparecer. O modo de produção capitalista não conseguiu remover do campo as populações camponesas. Ao contrário, passou a criar mecanismos de extração da renda camponesa transformando-a em renda capitalizada.

O capitalismo não exclui, em seguida, tudo que lhe é exterior. Seu *modus operandi* é, ao contrário, o de integrar em seu processo de produção todos os elementos exteriores como fontes suplementares de rendimentos. Eis porque o capital não visa, necessariamente, a extensão do MPC, mas, sobretudo, a interceptação de renda e lucro agrícola em proveito do MPC”. (AMIN e VERGOPOULOS, 1986, p. 153)

Através do monopólio na circulação, o capital utiliza e se apropria das relações de produção ditas não-capitalistas, como é o caso da unidade de produção camponesa. Entretanto, existem limites que a unidade de produção pode suportar a exploração.

A comercialização informal de leite em Marechal Cândido Rondon é uma forma de resistência camponesa e de luta contra a ordem capitalista vigente personificada na estrutura da cadeia produtiva leiteira, em que os camponeses se sentem cada vez mais lesados diante do pagamento da renda da terra ao capital industrial, financeiro e comercial.

A comercialização informal de leite é uma forma de recusa, de dizer não para o capital monopolista personificado nas empresas laticínios. Pela via da informalidade os camponeses conseguem um melhor preço pelo seu produto, muitas vezes até o dobro daquele preço estipulado pelos laticínios.

Assim, partiu-se da compreensão que a comercialização informal de leite é parte integrante do processo desigual de desenvolvimento do modo de produção capitalista, e mais do



que isso é um mecanismo de resistência encontrado pelos produtores para continuarem na terra e nela trabalhar.

### Considerações finais

A expansão do capitalismo no campo se faz movida pelas contradições em que relações de produção camponesas convivem com relações de produção tipicamente capitalistas. O capital ao tentar tomar conta de todas as coisas, subjugando todas as formas de produção, como no caso da produção camponesa, ele se defronta com situações atípicas em que muitas vezes lhe fornece meios para a sua contínua reprodução ampliada, e noutras, ele encontra formas de resistência que são manifestadas no seio da contradição do próprio modo de produção capitalista.

Diante da imposição do capital, o camponês passa a criar “mecanismos” para diminuir o peso dessas amarras. A comercialização informal de leite realizada pelos camponeses se revela como uma forma de fuga ao capital industrial. Essa fuga é uma forma de ir contra a ordem estabelecida pelo capital.

A comercialização informal tem sido a saída para parcela dos camponeses de Marechal Cândido Rondon - PR continuarem resistindo à subjugação imposta pelos laticínios. Na medida que o capitalismo, estreita a relação de exploração com o camponês, a luta camponesa passa a ser contra o capital, que cada vez mais aparece como força expropriadora. Logo a luta não será apenas contra os laticínios e às multinacionais que monopolizam a produção de insumos, mas sim contra a ordem vigente do sistema capitalista de produção.

### Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) A Questão Agrária hoje. Porto Alegre. UFRGS, 1994.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. A questão agrária e o capitalismo. Tradução de Beatriz Resende. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ASSOCIAÇÃO LEITE OESTE, FAEP, SINDICATO RURAL. CPI do leite. Marechal Cândido Rondon, 2002.

DESER. Departamento de Estudos Sócio – Econômicos Rurais. A regulamentação da produção de leite. In: Bol. nº 122, outubro de 2001.

\_\_\_\_\_. Leite: Continua o processo de concentração no processamento no Brasil. In: Bol. nº 124, Maio de 2002.

FABRINI, J. E. Os assentamentos de trabalhadores sem terra do Centro Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FÉLIX, R. CPI do leite propõe câmara setorial. Folha de Londrina. Londrina, 24 Jul. 2003.

GRAZIANO NETO, F. Recolocando A questão agrária. Plano de reforma agrária como fruto de uma análise equivocada. In: STÉDILE, J. P. (Org.). A Questão Agrária Hoje. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

LÊNIN, V. I. O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Tradução de José Paulo Neto. Revisão de Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas), 1985.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Prefeitura Municipal. Dados pecuários de Marechal Cândido Rondon. 2003.

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, A. U. de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. Agricultura camponesa no Brasil. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

PARANÁ. Secretária do Estado da Agricultura abastecimento – SEAB. Departamento de economia rural – DERAL e Divisão de conjuntura agropecuária – DCA. Bovinocultura de Leite Prognóstico – 2000. Curitiba: SEAB/DERAL/DCA, 2000. 53p.

PAULINO, E. T. A pecuária leiteira. In: A Terra e a vida: A Geografia dos camponeses no norte do Paraná. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VEIGA, J. E. da. Fundamentos do Agreoreformismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). A Questão Agrária Hoje. Porto Alegre. UFRGS, 1994.